

A NEGRA QUE NÃO ESTÁ NA CAPA DE REVISTA: DEBATES SOBRE RAÇA E GÊNERO

*Gabrielle Vivian Bittelbrun**

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: As capas das revistas femininas são conhecidas por destacar personalidades que sejam referenciais de beleza, ícones de estilo de vida e reconhecidas pelo grande público. Mas, no que se refere à aparência, nota-se a seleção quase absoluta de personagens brancas, o que pode servir como pano de fundo para se analisar a temática racial no Brasil. Afinal, enquanto contribuem para a manutenção do corpo branco em um lugar privilegiado, revistas consolidadas no mercado editorial brasileiro, como é o caso dos títulos *Claudia* e *TPM*, não deixam de reforçar a invisibilização das negras. Nesse espaço, pretende-se discutir tais questões, admitindo-se ainda que são resultado de um processo histórico, remetendo à ideologia de branqueamento, ao mesmo tempo em que escondendo discriminações por baixo da problemática máxima de “democracia racial”. Faz-se indispensável também debater como o quesito “raça” se delineou no contexto brasileiro e levantar possibilidades de subversão a partir do uso político do termo, defendido por Guimarães (2002) e Schwarcz (2012).

Palavras-chave: Raça. Meios de comunicação de massa. Gênero. Revista.

Introdução

Na capa da edição de março de 2006 da revista *Claudia*, a atriz Camila Pitanga reina, absoluta, mantendo o padrão da revista, com maquiagem e cabelo impecáveis e um sorriso aberto. Neste exemplar, o diferencial seria o tom de pele da celebridade da primeira página. O veículo que destacou, em todos os outros meses daquele ano, personagens de tom de pele claro, agora traria uma negra. Aliás, uma negra com nariz fino, cabelos lisos castanhos, denunciando a mestiçagem. Segundo a legenda de capa, Camila Pitanga é o “talento com sabor de Brasil”. Um apelo visual nesse espaço reforçaria a ideia: os tons da bandeira brasileira, verde, amarelo, azul e branco, nas chamadas, o fundo da imagem, em um amarelo “canário”, combinando com a cor do vestido, enfim, cada detalhe remetendo à ideia de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da linha Teorias Feministas e Estudos de Gênero. Mestre em Jornalismo também pela UFSC (2011) e graduada em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista, Unesp (2008), tem experiência como repórter, editora, assessora de comunicação. Pesquisa as áreas de feminismo, raça, gênero, corpo e revistas voltadas para mulheres. Integra o Grupo de Pesquisa Núcleo de Literatura Brasileira Atual – Literatual – Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade. E-mail: <gabivibi@gmail.com>.

brasilidade.

É de se questionar, então, de onde vieram esses referenciais que a revista admitiria que seriam captados por seu público assim que fosse percebida na banca. O que faz com que as mensagens da mencionada capa sejam entendidas? Ou, mais ainda, qual foi o caminho percorrido, entre valores e convenções, para que se chegasse à ideia de que Camila Pitanga seria o “sabor de Brasil” que atrairia as leitoras para a compra de *Claudia*? Por que motivo se considera como normal celebridades com seu mesmo tom de pele aparecerem uma única vez em um ano como o de 2006?

Indo numa outra direção, anos mais tarde, a revista *TPM* alertaria, na edição de abril de 2014, protagonizada pela atriz Juliana Alves: “ser negra no Brasil é (muito) f*²”. O exemplar debateria o racismo, como também fizeram a *TPM* de outubro de 2005, questionando o porquê do ator Lázaro Ramos nunca ter sido chamado para protagonizar uma grande campanha publicitária, ou ainda a *Claudia* de setembro de 2009, que elencou a atriz Taís Araújo como “musa” do combate ao racismo.

Supõe-se, portanto, que as revistas femininas brasileiras *Claudia* e *TPM* revelam uma inquietação quanto à questão racial, por vezes propondo uma discussão da temática e, em outros momentos, apenas assumindo um silenciamento no que se refere ao assunto. De um jeito ou de outro, as duas publicações não deixam de estipular padrões e selecionar modelos, o que fica mais evidente no espaço da capa, entendido como uma concentração de cada exemplar e como recurso principal para que o público adquira a revista.

Nesses debates, admitem-se, então, considerações gerais sobre as capas de *Claudia*¹ e *TPM*², entre os anos de 2004 e 2014³, levando-se em conta as reformulações gráficas dos veículos que fizeram com que eles tivessem uma aparência bem próxima àquela que adotam

¹ Criada em 1961, pelo fundador da Editora Abril, Victor Civita, *Claudia* contou com uma tiragem inicial de cerca de 164 mil exemplares por mês. Hoje, tem uma tiragem de cerca de 389 mil exemplares mensais (ABRIL, 2015). A revista ficou conhecida também por ter o apoio de estúdios próprios para as fotografias de moda, de decoração e para os testes de culinária, desenvolvendo receitas e apontando tendências que até então eram apenas reproduzidas de outros países. Atualmente, *Claudia* é a revista feminina impressa mais antiga em circulação no Brasil a manter o mesmo formato. Para mais informações históricas sobre a publicação, vide Mira (2001).

² *TPM*, da Editora Trip, foi lançada em 2001 com a proposta de trazer um conteúdo inovador, indo além das dietas e das dicas de moda estampadas nas demais revistas do setor. Versão feminina da revista *Trip*, *TPM* chegou a contar com 80 mil exemplares mensais; hoje, tem uma rodagem de cerca de 35 mil exemplares por mês (TRIP, 2015). Certamente essa redução de exemplares se deve à recente crise do mercado editorial brasileiro, manifestada no fechamento de diversos títulos, tanto antigos, como *Capricho*, como novos, a exemplo de *Lola*. *Claudia* também não tem passado imune à crise, tendo reduzido cerca de 150 mil exemplares mensais nos últimos dois anos. De qualquer maneira, os dois títulos em questão se mantêm no mercado atingindo uma massa expressiva de leitores, o que justifica serem alvo de análise.

³ No caso de *TPM*, as considerações foram feitas com base nas capas elencadas no próprio site da revista, ano a ano. Já quanto à *Claudia*, o acesso a todas as edições do período considerado foi feito com base na aquisição de exemplares e em análise no acervo da própria Editora Abril, entre os dias 20 e 21 de dezembro de 2014.

hoje. Na intenção de se chegar a uma prática intervencionista, engajada, crítica e contestadora de que falava Spivak (2010), pretende-se evidenciar os processos históricos, tantas vezes arbitrários, que levaram ao que se entende por raça no país como também questionar os meios pelos quais se mantêm privilégios dos brancos e a invisibilização dos negros, também em revistas. Nesse sentido, embora se configurem como a maioria da população no território brasileiro, os negros e negras por vezes ocupam o lugar de subalternos, ou seja, fazem parte das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos do estrato social dominante” (SPIVAK, 2000, p. XX apud ALMEIDA, 2010, p. 12).

A emergência das diferenciações

Autores como Hofbauer (2006) apontam que é o médico francês François Bernier quem formalizaria, pelas vias da ciência, as diferenciações entre os indivíduos, lançando a proposição de quatro ou cinco diferentes espécies humanas, em artigo publicado em 1684. A ele se seguiriam uma série de estudiosos europeus que intensificariam os debates quanto às supostas diferenças entre as raças, principalmente após o século 19. Assim, as teses científicas passariam por Georges Cuvier, fazendo emergir a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, Arthur de Gobineau, para quem a verdadeira civilização só poderia ser produzida pela raça branca, e ainda por Franz Boas, que ressaltaria a importância dos fatores culturais na formação das raças.

Na verdade, como pontuam Ferreira e Hamlin (2010), ao longo de todo o pensamento ocidental, mulheres, negros e outros “monstros”, como os povos selvagens, canibais, tiveram algo em comum: todos estariam mais próximos à natureza, apontando para a essência liminar de sua humanidade, o que exigiria a observação contínua e a subjugação do homem branco, com toda a sua civilidade.

Dessa maneira, se, no século 19, o francês Cuvier inaugura o conceito de raça nos tratados científicos, é a figura de Sarah Baartman, a Vênus Hotentote, quem, tendo-o como “preceptor”, inaugura o “conceito moderno de raça”, ao dar corporalidade às teorias racistas (DAMASCENO, 2008, p. 1). A sul-africana nascida em 1789, por ser negra e mulher, estaria duplamente ligada à natureza e, portanto, dois degraus distantes da “cultura” propriamente dita. Levada da África para a Europa, Sarah seria exibida publicamente, em “espetáculos” científicos, junto com outros corpos considerados “estranhos”. Símbolo de monstruosidade, anomalia, ela ajudaria a atestar a normalidade de seu contrário: os corpos masculinos, brancos.

À medida em que as teses científicas se multiplicavam, baseando-se na ideia de que o anormal era o outro, com todas as suas caracterizações, fica fácil perceber como a ciência da época se fundamentou como mero aparato para combater o medo do diferente. Com um poder religioso enfraquecido e um individualismo em plena expansão nesse século 19, a opção foi intitular aquela Vênus, e todos os seus companheiros de cor de pele, como os demônios, enquanto o europeu branco assumiria o trono de poderoso “deus” na terra.

Seja como for, os trabalhos dessa “ciência”, juntamente com as práticas escravistas, contribuiriam para a construção de todo um imaginário sobre o negro e a negra africanas e seus descendentes, em uma carga negativa e suposições que confirmariam a necessidade de cativeiro. Os discursos ocidentais convergiam para a convicção de que a força de trabalho seria o único recurso humano do negro, visão que não se extinguiria com a vinda da abolição, pelo contrário, seria reformulada conforme o processo histórico, garantindo os privilégios dos brancos, e firmando-se à sua própria maneira no território tupiniquim.

O brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, adepto aos ideais do estudioso italiano Cesare Lombroso, importou para o Brasil referenciais europeus ao propor um escalonamento de raças, das mais degeneradas àquelas superiores. Conferindo às raças o estatuto de realidades estanques, de modo que os grupos humanos não seriam capazes de evoluir igualmente, Nina Rodrigues defendeu que a mistura racial seria sempre sinônimo de degeneração – embora ele mesmo fosse mulato, como bem observou Skidmore (2012).

Mesmo assim, em um país que teria recebido 3,6 milhões de africanos, como supõem Telles (2012, p. 20) e Schwarcz (2012, p. 33), e onde a multirracialidade já era uma realidade no século 19, com mestiços inclusive ascendendo socialmente, o que requeria uma maleabilidade de relações em função dos quesitos status social e raça⁴, o radicalismo de Nina Rodrigues nunca pode ser seguido à risca, como pondera ainda Skidmore (2012). Desse modo, as teorias brasileiras da época caminharam mais no sentido de uma releitura daquelas vindas de fora, a fim de se manterem as esperanças na nação, de índios, negros, brancos, que se desenvolvia.

Ainda que de forma adaptada, propostas de diferenciação de raças vinham a calhar após a abolição, legitimando a exclusão social pelas vias das comprovações biológicas. E, casando os modelos evolucionistas, que acreditavam que a humanidade passava por diferentes etapas de desenvolvimento, e do darwinismo social, depreciando a miscigenação, as teorias

⁴ Telles (2012, p. 133), remetendo a diversos autores, observa que essa ascensão social dos mestiços no país era possível, inclusive, pelo clientelismo que sempre marcou este território, de modo que, não raro, afilhados ou filhos ilegítimos de brancos conquistavam oportunidades diferenciadas.

ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade. Ao mesmo tempo, as discussões passam a sinalizar que, sim, seria possível contornar a miscigenação, desde que se caminhasse para o cada vez mais branco, emergindo uma ideia que fincaria raízes no pensamento brasileiro: a ideologia do branqueamento.

Assim, apesar de muitos estudiosos da época se vangloriarem da “promoção da igualdade” no Brasil, supostamente comprovada pela falta de distinções legais baseadas na raça, o impulso ao branqueamento como “prática social” iria se impor como construção histórica que, de forma contundente, alia status social elevado com cor e/ou raça branca.

Ao dividir aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum e ao fazer as pessoas se apresentarem no cotidiano como o mais “branco” possível, incidindo sobre identidades e induzindo a negociações pessoais e encobrendo o teor discriminatório embutido nessa construção, a ideologia do branqueamento fincaria a pele branca no topo da hierarquia social.

A perspectiva de um futuro garantido da nação brasileira com o seu progressivo branqueamento veio acompanhada, no século 19, pela ideia de uma convivência harmoniosa entre os povos que permitiria que o Brasil, supostamente, tivesse até benefícios com sua mistura única. Para Hofbauer (2006, p. 195), Joaquim Nabuco foi um dos primeiros intelectuais a lançar mão dessa ideia de boa convivência.

Nabuco acreditava que as divergências no país se restringiam a questões de classe e, como a escravidão não teria fundamentado um ódio entre as raças, bastaria garantir a igualdade nas leis para que se alcançasse a igualdade social, na prática. Pecando ainda por defender um certo melhoramento racial com o gradativo clareamento da população, com tais argumentos, o intelectual pró-abolicionista tencionava reduzir o medo de proprietários de possíveis reações violentas dos negros, caso alcançassem a liberdade.

Seguindo a mesma tendência, o contemporâneo de Nabuco, Sílvio Romero também desfiou elogios à mestiçagem, desde que igualmente passando por um processo de “evolução” e progressivo branqueamento. Porém, seria a partir de meados do século 20 que o mestiço seria apontado como verdadeiro “ícone nacional”, nas palavras de Schwarcz (2012), símbolo da identidade brasileira cruzada no sangue e sincrética na cultura, ou seja, no samba, na capoeira, no candomblé, na comida e no futebol.

Munido do desejo de manter as colônias africanas remanescentes, no século 20, Portugal contribuiu para a promoção da ideia de um Brasil que teria se tornado “paraíso racial”, propagandeando, como reitera Almeida (2007), o regime português como um

colonialismo humanista, universalista, multicultural e miscigenador. Por essa via “democrática”, os brancos europeus seriam isentos da violência empregada ao longo do processo de colonização e os portugueses seriam apontados como os heróis que tiveram o “fardo” de levar a civilização aos cantos do mundo.

Nesse contexto, surge o pressuposto da “democracia racial”. Guimarães (2002, p. 138) havia atribuído o primeiro uso do termo a Roger Bastide que, em artigo publicado em 1944, no Diário de S. Paulo, teria feito uma possível tradução livre das ideias de Freyre. Já Hofbauer (2006, p. 257), de forma mais consistente, estima que a expressão tenha sido cunhada antes, pelo antropólogo Arthur Ramos. Em 1941, esse estudioso brasileiro teria participado de um congresso em Chicago, quando atribuiu o tratamento diferenciado das raças no Brasil à continuação do velho sistema colonizador dos portugueses de propiciar a “mistura cultural”, seguindo a tendência exaltada por Portugal e que seria reiterada ainda por Freyre. Ramos teria, então, lançado mão do conceito “democracia racial”, enaltecendo a experiência brasileira em relação às formas discriminatórias vigentes nos Estados Unidos e na Alemanha.

A partir das décadas de 1930 e 1940, embora sem mencionar de fato em suas principais obras a tal “democracia racial”, é por meio de Freyre que a mestiçagem e a convivência pacífica seriam diretamente associadas à identidade nacional. Por um lado, Freyre pode ter contribuído para se chamar a atenção dos pesquisadores para a questão do negro e de seus descendentes brasileiros ou até para o papel igualitário das diferentes raças na formação da sociedade brasileira, por outro, como expõe Skidmore (2012, p. 268), a obra desse autor teve como efeito prático o reforço ao ideal de branqueamento, mostrando que o contato com o africano – ou até, em menor medida, com o índio – proporcionou os valiosos traços culturais da elite, basicamente branca. Ou seja, apontava-se para a crença de que, no Brasil, índios e negros emprestariam diversidade cultural, mas, na pele, seria o tom branco que deveria prevalecer.

Ao mesmo tempo, a obra de Freyre contribuiu para se instaurar essa atmosfera psicoafetiva de conciliação, mantendo a imagem do brasileiro como democrático, visceralmente pacífico e alegre e que valoriza a sua miscigenação, de acordo com o que levantou Sodré (2000, p. 102). Esse pesquisador complementa que as omissões quanto à “raça” nos recenseamentos ao longo das décadas, as denegações dos intelectuais, da imprensa e do senso comum em relação à existência de uma questão racial, as afirmações de uma cordialidade excepcional entre brancos e negros e etc concorrem não só para reiterar o desejo da elite do branqueamento, ou “amorenamento” como ele diz, da população mas também para

ocultar a diferença racial como variável significativa no posicionamento social.

Na contramão de questionamentos como de Florestan Fernandes e Roger Bastide que, a partir da década de 1950, apontaram para a existência de discriminações raciais no Brasil, no senso comum, a existência de discriminações raciais no Brasil permaneceu sendo negada ou ainda classificada como “branda”. Afinal, o “racismo brasileiro” estaria distante da forma estadunidense *one drop rule*⁵, além de não se apoiar em tais leis discriminatórias.

Enfim, nessa exaltação à mestiçagem, a variante masculina ganharia corpo com a figura do malandro, concentrando a recusa aos trabalhos regulares e a prática de expedientes temporários para a garantia da sobrevivência. A preguiça e a aversão ao trabalho, até então atribuídos aos africanos, no Brasil, vai se ancorar também na figura do mestiço, representante da vagabundagem ou, mais ainda, do “jeitinho brasileiro”. Nesse caso, surge ainda a questão da meritocracia, estipulando que, caso se tenha competência, determinação e dedicação, qualquer um pode angariar boas posições na sociedade. Portanto, se aos grupos de mestiços e negros são conferidos os índices sociais mais desvantajosos, seria por eles serem preguiçosos, e não como resultado de discriminações. Na verdade, como se observará, mesmo o tom animado de capas de revista sugere essa mesma minimização das discriminações e a proposição de uma suposta igualdade compartilhada por aqueles indivíduos que, teoricamente, se esforçariam em igual medida.

De qualquer forma, seria versão feminina da mestiçagem que incorporaria a “fórmula de Brasil” mais explorada e exportada: a mulata. Personificação da sensualidade, da alegria, a mulata se tornou uma personagem que, como se observa em trabalhos como de Maia (2011), influenciaria na imagem da brasileira no exterior, em ideais que serviriam como pano de fundo, inclusive, de mercados amorosos e sexuais. Mesmo em território brasileiro, a mulata seria sempre lembrada como a “tipicamente brasileira”, o que se comprova observando-se a tal capa de 2006 de *Claudia*, com Camila Pitanga.

Schmidt (2009) destaca que ainda circula livremente no imaginário nacional, para consumo interno e externo, o estereótipo da mulher morena e objeto fácil de desejo. Como pontua a autora, esse estereótipo não deixa de ser uma constante atualização do encontro entre o senhor, branco, e a mulher escrava. Por trás do “tipicamente brasileiro”, então, está a manutenção de discursos discursivos do colonizador. Pode-se dizer que sob esse consenso, tão reproduzido nos textos midiáticos, residem relações de exploração e violência, à revelia de

⁵ Por essa regra, bastaria ter uma gota de sangue de ascendência africana em oito gerações para que a pessoa se tornasse imediatamente negra. Por essa regra, não importaria a aparência da pessoa ou seu status. Maia (2011) explica que essa ideia tinha como objetivo evitar o contato entre as raças, considerado fonte de perigo e degenerescência, caracterizando-se um sistema racial segregacionista.

qualquer tom alegre nas capas, por exemplo.

Nesse sentido, há pelo menos duas grandes falácias no que se refere à suposta democracia racial no país. Primeiro, é necessário destacar que ela não é fruto de um processo “natural”, mas sim resultado da mencionada violência dos “descobridores” que, no desejo de controlar a terra, faziam-se valer de atozes rituais de masculinidade, entre os quais estavam os estupros frequentes a mulheres das colônias, fossem negras ou índias, como aborda, inclusive, McClintock (2010). A proibição de emigração de portuguesas para a colônia, caracterizando-se um modelo diferente dos Estados Unidos, por exemplo, que pregava a emigração de famílias, reforçou a associação de índias, mulatas e negras a práticas sexuais ilegítimas, enquanto as brancas seriam aquelas com quem se deveria casar.

Delimita-se uma segunda falácia no que tange a questão dessa “democracia racial”. Apesar desse retrato eufórico do país e das possíveis justificativas relacionadas ao mérito de cada um, os mestiços, assim como os negros, endossam as estatísticas mais desvantajosas quanto à educação, trabalho, lazer, ao mesmo tempo em que seriam propagandeados como símbolo da igualdade brasileira.

Isso só vai começar a ser admitido de maneira mais abrangente a partir da década de 1990, quando as políticas afirmativas, com ações como a garantia de cotas nas universidades, por exemplo, reconheceriam desigualdades históricas e impulsionariam discussões sobre a questão racial. Para Telles (2012), tratar-se-ia de um momento dramático na história brasileira, com o reconhecimento do racismo não só pelo governo como pela sociedade em geral. O fato é que esses processos lançariam luz, inclusive, sobre o próprio emprego da palavra “raça”.

Os porquês do uso de “raça”

Para Hofbauer (2006, p. 417), é preciso lembrar que nunca houve um consenso quanto à definição de “raça”, “nem hoje nem em épocas em que ‘raça’ tinha ainda a aura de um ‘conceito científico objetivo’”. Como complementa Telles (2012, p. 85), no Brasil, o termo é um conceito ambíguo, pois existem vários sistemas de classificação, ou seja, são várias delimitações situadas entre branco e preto, influenciadas ainda por classe social, gênero e mesmo status social e especificidades regionais. Porém, como se sabe, raça ainda é um claro marcador social de diferença, notadamente no Brasil, ao lado justamente dessas denominações como de gênero e classe. O fato de essas categorias, que contribuem para a construção de hierarquias e influenciam nas relações sociais, concentrarem uma série de controvérsias quanto a seu uso e conceituações não inviabiliza discussões, pelo contrário, reforça a

necessidade de debates.

Schwarcz (2012, p. 34), vê raça como

uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas.

Essa categoria classificatória, então, para a autora, está por toda a parte, “das piadas que inundam o cotidiano, nas expressões do dia a dia, na propaganda de turismo e na discriminação no mundo do trabalho, na esfera social e da intimidade” (SCHWARCZ, 2012, p. 109). No país com a conhecida mistura racial, e diferentes combinações de traços físicos, raça confunde-se com cor e torna-se uma verdadeira “etiqueta” que, embora silenciosa, determinará toda uma “regra implícita de convivência”, como complementou a autora.

Por meio de seus levantamentos estatísticos, Hasenbalg e Silva (2003) demonstraram como os índices privilegiam jovens de cor branca ao longo das transições escolares, em um processo de seletividade perverso que extrapola o ensino brasileiro, alcançando os níveis do mercado de trabalho e de outras esferas da vida. Por isso, para os autores, raça permanece como um fator determinante das desigualdades sociais no Brasil e não deixa de ter, inclusive, um impacto quanto às classes sociais. Já Guimarães (2002, p. 50), remetendo à própria obra de 1999, acredita que raça é, na verdade, a única categoria capaz de revelar que “as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”.

Os brancos vêm sendo repetidamente apontados como os referenciais de modos de vida, de beleza, a tal ponto que sequer pressuporiam raça. De acordo com Carone (2002, p. 23), enquanto um branco tem o direito de ser a própria individualidade, ao negro isso é vetado, à medida em que um negro sempre representa uma raça e o grupo, raça e cor “são ele mesmo”. Dessa forma, o termo “raça” parece estar diretamente ligado à caracterização “negra” e a atributos, muitas vezes negativos, que historicamente e coletivamente carrega. Nesse sentido, a palavra pode acabar por salientar diferenciações que vêm colocando os negros em uma posição inferior, ou até como título que justificaria suas desvantagens, como se fosse um atributo que apenas esse grupo tivesse.

Por outro lado, lançar mão do termo em uma postura política pode ser uma estratégia para se discutir a situação do negro e do branco na sociedade, para se subverterem antigas associações, tendo-se em vista ainda toda a heterogeneidade que esta categoria, como tantas outras, pressupõe. Raça torna-se um levante para as discussões, que são fundamentais, à

medida em que, segundo Caldwell (2000, p. 5), é justamente a ausência de discussão pública sobre raça e racismo que resultou no apagamento discursivo das realidades de dominação racial. Falar de raça, então, é questionar essas posições relegadas ao negro mas deve ser também falar do branco, das condições que vêm garantindo seus privilégios e as consequências por sua situação de vantagem.

É preciso pontuar, no entanto, que Peter Wade (1993) já havia alertado que, embora a maior parte dos estudiosos da área apontem para a concepção de raça como uma construção social, há o perigo de, por vezes, se incorrer no erro de supor características físicas, seja em relação ao cabelo ou à cor, como algo neutro. As variações fenotípicas, diz ele, não são garantidas e nem óbvio objeto biológico mas sim igualmente elaboradas socialmente.

Em uma breve digressão, é necessário pontuar que Restrepo e Rojas (2010, p. 118-119) apresentaram as limitações teóricas de Aníbal Quijano quando este apontou que a relação sexo-gênero se diferiria de cor-raça, à medida em que o sexo pressuporia uma diferenciação biológica, que encontraria expressão intersubjetiva no gênero, enquanto cor não teria nenhuma significação biológica, de modo que sua relação com raça seria tortuosa. No entanto, admitir o sexo como realidade biológica pré-discursiva e anterior à história é questionável. Como diria Fausto-Sterling (2002, p. 60), a sexualidade é um fator somático criado por um efeito cultural. Mas, além disso, o próprio conhecimento científico ou mesmo o olhar das pessoas não está livre dos contextos sociais e de histórias específicas, carregando essas marcas. Como questiona a autora Fausto-Sterling (2002, p. 55), se as mulheres em todas as partes do mundo estivessem subordinadas, isso não acabaria por significar que sua posição secundária seria biologicamente determinada?

Assim, igualmente não se percebem “naturalmente” as diferenças de cor de pele ou dos tipos de cabelo. Essas variações físicas não são atemporais, mas surgem por meio de um sistema que as destacaram e classificaram no período colonial e que se reorganiza até hoje. Porém, quanto menos essas diferenciações fenotípicas são vistas como culturalmente construídas, mais raça é reproduzida como uma categoria que, apesar de toda a construção social, é baseada em significantes fixos, consolidando-se processos de desigualdade. Enfim, como afirma ainda Wade (1993), no processo de combater as discriminações, é preciso desestabilizar os significados admitidos como fixos sobre os quais elas se fundamentam nos discursos, inclusive midiáticos, a que se somam tentativas de discussão sobre os contextos nos quais tais conceitos são levantados.

Portanto, o uso do termo de forma política se trata de um movimento contrário

àquele que colocou os negros na condição de subalternidade, visando a contribuir para valorização da história do grupo, mas também para a desestabilização de discriminações individuais e hierarquias sociais, com toda a carga cultural que as envolve.

É inegável que, ao privilegiar corpos brancos em relação aos negros, os meios de comunicação têm influência no que tangem a essas questões. Assim, ainda seguindo o que propõe Gomes (2008), mesmo quando se nasce em uma família dedicada à valorização da cultura negra, o aprendizado é confrontado socialmente pelo modo com que lideranças negras expressam negritude por seu corpo ou pela imagem do negro na mídia, o que merece ser observado com mais atenção.

As negras na primeira página de *Claudia* e *TPM*

Admite-se que localizar o corpo negro é reconhecer, como propôs Rich (2002, p. 20), onde essa cor de pele, juntamente com os pertencimentos a um gênero, a uma classe, tem levado, onde ela tem impedido de se ir na sociedade. Araújo (2008), Sodré (2000), Silva e Rosemberg (2008), entre outros, já abordaram os baixíssimos índices de representatividade dos negros e negras na literatura, na teledramaturgia, nos jornais, e as muitas portas fechadas com que os negros se deparam quando se tratam dos meios de comunicação brasileiros de um modo geral. Mas, mesmo com tais panoramas, é difícil não se surpreender quando a questão é a exposição do grupo nas revistas femininas.

Voltando-se o olhar para a procura de negros e negras nas capas⁶ de duas publicações do setor, *Claudia* e *TPM*, é evidente que os negros e negras ainda se configuram como minoria. No caso dos exemplares de *Claudia*, entre 2004 e 2014, apenas Camila Pitanga e Taís Araújo representaram o grupo nas capas da revista, aparecendo em 2006, 2009, 2010, 2012 e 2014, em hiatos que chegariam a dois e três anos.

Na edição de março de 2006, Camila Pitanga apareceria na mencionada capa com as cores da bandeira brasileira, sendo seguida por Taís Araújo que, em setembro de 2009, surgiria como a “musa da igualdade”, em uma edição especial de combate ao racismo⁷. No entanto, apesar da proposta de combate à discriminação por parte da revista, uma negra, Camila Pitanga, estaria novamente na primeira página somente em abril de 2010. Depois dela,

⁶ Embora não se descarte certo grau de subjetividade nessas análises, levando-se em conta as próprias discussões no que se referem às conceituações de raça no Brasil, considerou-se aqui como negras e negros as personalidades com evidente tom de pele escuro. As classificações das capas foram apoiadas, inclusive, nas próprias entrevistas das publicações, em que as celebridades se autointitulam negras, como é o caso de Camila Pitanga e Gaby Amarantos, por exemplo.

⁷ Uma análise mais detalhada dessa edição especial de *Claudia* de combate ao racismo, levando-se em conta ainda a suposta ideia de harmonia entre os diferentes povos no território brasileiro foi contemplada no trabalho de Bittelbrun (2014).

uma interrupção de negras na primeira página do veículo seria interrompida por Taís Araújo, apenas em agosto de 2012. Após a edição de 2012, Taís Araújo mais uma vez seria a negra escolhida por *Claudia* para estampar a capa, longos dois anos depois, na edição de agosto de 2014. Restringe-se a exposição a essas duas atrizes, como se não houvesse outra negra que merecesse ocupar esse mesmo lugar privilegiado. Além disso, olhando-se para esse levantamento, a impressão que se tem é que o veículo destaca uma negra em meses apenas para se garantir como igualitária e rebater possíveis críticas quanto à representação massiva de brancas.

Em *TPM*, o quadro é um pouco mais otimista quando se fala das capas, espaço que é o principal atrativo de compra da revista entre as leitoras. No mesmo período considerado, entre 2004 e 2014, Lázaro Ramos é o primeiro negro da primeira página da revista, em uma das capas da edição de outubro de 2005⁸ – a outra seria estampada pela modelo Mariana Weickert –, sendo seguido pela atriz Thalma de Freitas, em agosto de 2006.

Em 2007, seria a vez de Taís Araújo ser a protagonista, na edição de outubro da publicação da Editora Trip. Já em 2009, Juliana Alves, em fevereiro, e Camila Pitanga, em julho, representariam o grupo. Mais de um ano depois, Taís Araújo viria em uma das capas da publicação, na edição de dezembro de 2011, enquanto o jogador Neymar estaria na outra opção de capa da mesma edição. No ano seguinte, Thalma de Freitas estaria em uma das capas de fevereiro, enquanto a outra teria o ator Malvino Salvador.

O exemplar de agosto de 2012 inovaria, trazendo a cantora Gaby Amarantos de maiô, com um generoso decote à mostra, e uma pergunta em destaque, referindo-se à imposição de magreza sobre os corpos femininos: “Eu não visto 38. E daí?”. A edição seguinte com uma negra na capa de *TPM*, em setembro de 2013, teria uma temática parecida, abordando comida e culpa, e sendo ilustrada, em uma de suas versões, por Preta Gil. Essa capa contaria com uma pose inusitada, com a cantora vestindo uma camiseta de donuts. A outra versão do exemplar viria com a atriz Tatá Werneck.

Meses depois, em abril de 2014, a atriz Juliana Alves estamparia as duas versões do exemplar especial de combate ao racismo. Essa edição de abril se diferencia também pelos recursos de capa, como o jogo de luz e sombra na foto e o semblante sério da atriz, que reiteram a seriedade do tema, distanciando-se do caráter animado dos outros exemplares das

⁸ Vale lembrar que, normalmente, a revista conta com duas capas por edição, nem sempre com o mesmo protagonista. O leitor pode escolher a edição de que capa quer levar para casa. *TPM* também marca sua diferenciação trazendo homens nesse espaço de destaque, e não apenas mulheres, como suas conhecidas concorrentes do setor. É necessário lembrar ainda que há edições em que a revista opta por simplesmente não trazer pessoas na capa, que pode ser ilustrada por um desenho, por exemplo.

duas publicações e que pode acabar por minimizar a problemática racial ou até sugerir uma falsa igualdade quanto às representações.

Já a edição de julho de 2014 traria a jogadora de futebol Marta da Silva, enquanto a edição de outubro do mesmo ano teria a capa estampada pela atriz, branca, Betty Faria no filme *Bye Bye Brasil*, de 1979, acompanhada pelo ator negro Príncipe Nabor.

Enfim, embora retrate negros com mais frequência do que *Claudia*, *TPM* também acaba convergindo para uma discriminação quanto à raça ao se olhar esse espaço das capas, principalmente considerando-se que, no total, em análise geral das capas, os negros apareceram apenas 12 vezes ao longo de 11 anos de publicações e, ainda assim, em quatro momentos uma pessoa branca estampou a outra opção de capa da revista. Nesse contexto, mais do que se falar da imagem do negro da mídia, não seria o caso, então, de se falar em uma não-imagem do negro na mídia?

Pode-se supor que títulos direcionados especialmente para os negros e negras pudesse suprir essa lacuna, caminhando para uma mudança de posturas. De fato, a revista *Raça Brasil*, da Editora Escala, em circulação desde 1996, garante seus méritos, intitulando-se a primeira revista voltada para os negros do país. Porém, o próprio título reforça o pressuposto de que raça, no Brasil, é negra; como se fosse só a negra. O título também aponta para um eufemismo, como se, com “raça”, se pretendesse evitar a palavra “negra”. Outra questão é que a revista não deixa de cair nos estereótipos, definindo que “ser negro é ser alegre por natureza”, por exemplo (SCHWARCZ, 2012, p. 109).

É de se questionar ainda até que ponto essa segmentação seria positiva e se, ao colocar as diferenças como pressuposto de todos os discursos da revista, não acabaria por mais uma vez segregá-lo. Em um país onde a maioria da população é negra, a circulação de uma revista só para esse grupo pode servir para mantê-lo à margem, como se ele devesse ficar restrito àquele título, enquanto todas outras centenas de publicações seriam voltadas para os brancos ou, no mínimo, não-negros. Por isso, embora se tenha em vista a importância de canais exclusivos para os negros como forma de afirmação e com consequências positivas inclusive para a autoestima do grupo, defende-se, principalmente, uma representatividade bem maior para os negros em todos os demais títulos, incluindo as duas revistas em questão, uma vez que são parte integrante da sociedade brasileira, merecendo visibilidade e espaço.

Considerando-se essa realidade das capas, pode-se admitir que os meios de comunicação, neste século 21, acabam sendo vias por meio dos quais se reflete e se reitera a subalternidade dos negros, à medida em que eles não têm voz. Assim, as desigualdades raciais

da sociedade são amplificadas e estendidas mesmo para essas plataformas que apresentam toda uma aura de euforia e modernidade, complementada pelos recursos gráficos. Mas, mais do que isso, pode-se admitir que as duas revistas destacadas acabam por reforçar estereótipos negativos, por não os elegerem de forma igualitária figuras de destaque e modelos de beleza. Nesse sentido, com uma enxurrada de imagens de corpos brancos, as revistas integram essa rede de significações que privilegia o branco, atestando-o como “normalidade” e operando para a internalização de posturas hegemônicas, mesmo no país das sorridentes Taíses Araújo e Camilas Pitangas, o país das maravilhas da “democracia racial”.

Últimas considerações

Tendo-se em vista a “desaprendizagem” de que falava Spivak (2010), é necessário ir contra a hierarquização das raças e, para tanto, questionar não só os frágeis princípios de diferenciação da própria espécie como todo um aparato de valores positivos que vêm sendo atribuídos à cor branca sistematicamente nos últimos séculos e que garantem o espaço privilegiado da branca em revistas como *TPM* e *Claudia*. Assim, derrubar preconceitos raciais requer uma desconstrução da relação entre o branco e a clareza de um modo geral com um tom de pele, um grupo ou uma raça, em detrimento de todas os demais.

Portanto, a questão racial no Brasil é muito mais complexa do que pode sugerir a “brasilidade” de Camila Pitanga na capa de *Claudia* de 2006, ou Preta Gil em sua camiseta de donuts, na edição de setembro de 2013 de *TPM*. A própria seleção das modelos nas capas faz parte, juntamente com outras sutis práticas individuais e institucionais, de “um modo de pensar que naturaliza a hierarquia racial” ao mesmo tempo em que revela a natureza silenciosa do racismo brasileiro, como já sinalizou Telles (2012, p. 125).

Para entender esse processo, é preciso, então, levar em conta questões sociais e históricas, como se pretendeu expor, que reiteraram sistematicamente a superioridade branca, ao mesmo tempo em que propuseram a figura do negro como imoral, preguiçoso etc. Esse sistema que garantiria as vantagens dos que tiveram pele clara e atravessaria séculos, no Brasil, ganharia o reforço da bandeira da democracia racial e dos poderosos ideais do branqueamento, mecanismos de uma convivência pacífica à moda brasileira.

Para Schwarcz (2012, p. 116), no momento, parte da democracia racial é verdade, pois, na sua visão, o país é profundamente mestiçado em suas crenças e costumes, ao mesmo tempo em que mantém um racismo invisível, com uma hierarquia dissimulada. Como reforça ainda Guimarães (2002, p. 168), concordando com os pensamentos de Charles Wagley, ainda que a democracia racial tenha se comprovado como uma farsa, ela permanece – e deve

permanecer por muito tempo – como “mito”, seja no sentido de uma falsa ideologia, como um ideal que orienta a ação dos atores sociais ou ainda como chave interpretativa de cultura.

De qualquer forma, sabe-se que é preciso muito mais do que a mera mistura de culturas, de raças, a falada cordialidade ou o mito da democracia racial, como quer que ele se apresente, para a redução das desigualdades, manifestadas na mídia. Como lembrou Telles (2012, p. 2), durante mais da metade do século 20, não houve sequer democracia no país, com a maioria da população, incluindo os brancos, sendo privada de direitos humanos básicos e submetida à dominação autoritária, o que já denuncia que ainda há um longo caminho pela frente.

Seja como for, vale retomar a pergunta de Fanon (2008, p. 86): “existe uma diferença entre um racismo e outro?”. Concorde-se com ele quando afirma que a mesma queda, o mesmo fracasso do homem podem ser sempre encontrados no racismo e, nesse sentido, ou uma sociedade é racista, ou não é. Felizmente, os processos sociais não são realidades estanques. Como colocou Hasenbalg e Silva (2003), os preconceitos não têm se mantido intactos desde a abolição da escravidão, mas adquirem novos significados.

Assim, embora um olhar sobre as estatísticas sociais e mesmo para a capa das revistas sugerisse que o Brasil estaria entre as sociedades racistas das premissas de Fanon, é possível admitir que, nessa reorganização, movimentos de avanços e transformações possam promover espaços em prol de uma igualdade, seja por meio do apoio de práticas públicas ou graças a novas posturas, novas discussões.

Referências

ALMEIDA, Miguel V. de. O Atlântico pardo: antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel V. de; FELDMAN-BIANCO, Bela. (Orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 27-44.

ALMEIDA, Sandra R. G. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 7-18.

ARAÚJO, Joel Z. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, set.-dez. 2008.

BITTELBRUN, Gabrielle V. As negras de Claudia, luso-tropicalismo em revista. *Revista Científica Ciência em Curso*, Palhoça, v. 3, n. 2, p. 157-165, jul.-dez. 2014.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida S. (Orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 13-23.

CLAUDIA. São Paulo: Editora Abril, n.3, ano 45, mar., 2006.

_____. São Paulo: Editora Abril, n. 9, ano 48, set., 2009.

_____. São Paulo: Editora Abril, n. 8, ano 51, ago., 2012.

_____. São Paulo: Editora Abril, n. 7, ano 53, jul., 2014.

_____. São Paulo: Editora Abril, n. 8, ano 53, ago. 2014.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro: construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus hotentote. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Trad. Renato da Silveira.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Caderno Pagu: trajetórias do gênero*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ Unicamp, n. 2, p. 9-79, 2002.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não-civilizados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 811-836, set.-dez. 2010.

GOMES, Nilma L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, Antônio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006.

MAIA, Suzana. Cosmopolitismo, desejo e afetos: sobre mulheres brasileiras e seus amigos transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de O.; OLIVAR, José Miguel N. (Orgs.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2011, p. 363-383.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água e Fapesp, 2001.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar; Maestría en Estudios Culturales; Universidad Javeriana; Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RICH, Adrienne. Notas para uma política de localização. In: MACEDO, Ana Gabriela. *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica ao feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 2002, p. 15-35.

SCHMIDT, Simone P. Cravo, canela, bala e favela. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 799-817, set.-dez. 2009.

SCHWARCZ, Lilia M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Paulo Vinicius B. da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: VAN DIJK, Teun (Orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 73-117.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TELLES, Edward E. *O significado da raça na sociedade brasileira*. Trad. Ana Arruda Calado e Revisão Técnica e Formatação Daniel França. Princeton: Princeton University, 2012.

TPM. São Paulo: Editora Trip, n. 48, out. 2005.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 57, ago. 2006.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 70, out. 2007.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 89, jul. 2009.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 116, dez. 2011.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 123, ago. 2012.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 135, set. 2013.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 141, abr. 2014.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 144, jul. 2014.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 147, out. 2014.

WADE, Peter. Race, nature and culture. *Man*, v. 28, n. 1, p. 17-34, mar. 1993.

[Recebido em setembro de 2015 e aceito para publicação em dezembro de 2015]

The girl that is not the cover of the magazine: debates about race and gender

Abstract: The cover of women magazines are known for pointing out celebrities that are references in beauty, lifestyle as well as recognized by the wide audience. But when we talk about the appearance, we can notice that almost all of the celebrities chosen are white. This is one of the reasons for analyzing the topic of race in Brazil. While maintain the white body in a privileged space such as the covers, *Claudia* and *TPM* – magazines that are benchmarks in the publishing market in Brazil –, reinforce invisibility of black women. It's intended to discuss this questions, considering that they are result of a historical process, including the “whitening ideology” and the problematic term of “Brazilian racial democracy”, that will be explained in the article. It's also important to debate the term “race”, the way that it's limited in the Brazilian context and question some possibilities of subversion by the political use of this term, following the thoughts of Guimarães (2002) and Schwarcz (2012).

Keywords: Race. Mass media. Gender. Magazine.

